

AUTORIA NEGRA FEMININA E FORMAÇÃO DO SUJEITO LEITOR: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E EXPERIÊNCIA LITERÁRIA

BLACK WOMEN'S AUTHORSHIP AND THE FORMATION OF THE READER: IDENTITY, BELONGING, AND LITERARY EXPERIENCE

Jéssica Daiane Rangel Dullius

Graduada em Letras Português e Inglês pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo/Brasil).
Professora de Inglês (São Leopoldo/Brasil).
E-mail: jessidullius@gmail.com

Fabiane Miranda

Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo/Brasil).
Professora na IENH e Prefeitura Municipal (Novo Hamburgo/Brasil).
E-mail: fabbym77@gmail.com

Juliana Aparecida Bohn

Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo/Brasil).
Professora e Assessora Pedagógica (Novo Hamburgo/Brasil).
E-mail: jubohn@gmail.com

Lovani Volmer

Professora Doutora pela Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul/Brasil).
Professora Pesquisadora e Coordenadora de Cursos na Universidade Feevale (Novo Hamburgo/Brasil).
E-mail: lovanivolmer@gmail.com

Recebido em: 16 de janeiro de 2026

Aprovado em: 19 de abril de 2026

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 23 | n. 2 | p. 152-167 | jul./dez. 2026

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4542>

RESUMO

Este artigo analisa a literatura de autoria negra feminina como espaço de formação do sujeito leitor, a partir das categorias identidade, pertencimento e subjetividade. Ancorado em uma abordagem teórico-crítica e bibliográfica, o estudo dialoga com a Teoria da Literatura, a crítica feminista e perspectivas decoloniais, mobilizando contribuições de escritoras negras brasileiras e reflexões em torno do conceito de *escrevivência*. Argumenta-se que essa produção literária amplia os horizontes da experiência estética ao reconfigurar modos de narrar, ler e interpretar a realidade social brasileira. Os resultados da análise indicam que tais obras produzem efeitos formativos no leitor, entendido como sujeito histórico e culturalmente situado, ao possibilitar processos de reconhecimento, identificação e construção simbólica. Conclui-se que a literatura de autoria negra feminina ocupa lugar central na revisão crítica dos repertórios literários e na constituição de práticas de leitura mais plurais, socialmente implicadas e comprometidas com a diversidade cultural e educacional brasileira no contexto contemporâneo escolar.

Palavras-chave: Literatura Negra Feminina. Formação do Leitor. Experiência Literária.

ABSTRACT

This article analyzes Black women's literary authorship as a formative space for the constitution of the reader as a subject, based on the categories of identity, belonging, and subjectivity. Grounded in a theoretical-critical and bibliographic approach, the study engages with Literary Theory, feminist criticism, and decolonial perspectives, drawing on contributions from Black Brazilian women writers and reflections on the concept of *escrevivência*. It is argued that this literary production expands the horizons of aesthetic experience by reconfiguring ways of narrating, reading, and interpreting Brazilian social reality. The results of the analysis indicate that such works produce formative effects on readers, understood as historically and culturally situated subjects, by enabling processes of recognition, identification, and symbolic construction. The article concludes that Black women's authorship occupies a central role in critically revising literary repertoires and in fostering more plural, socially engaged reading practices committed to Brazilian cultural and educational diversity in contemporary school contexts.

Keywords: Black Women's Literature. Reader Formation. Literary Experience.

1 INTRODUÇÃO

A literatura de autoria negra feminina tem ocupado, nas últimas décadas, um lugar relevante nos estudos literários brasileiros. Não se trata apenas de objeto de análise estética, mas de uma produção que tensiona modos tradicionais de compreender a literatura, o cânone e a formação do leitor. Ao inscrever experiências marcadas pela racialização, pelo gênero e pela exclusão simbólica, essas obras redimensionam formas de narrar o mundo. Com isso, ampliam possibilidades de leitura, identificação e pertencimento. Nesse sentido, pensar a formação do sujeito leitor a partir dessa autoria implica compreender a literatura como experiência situada, atravessada por relações de poder, memória e identidade.

Esse processo formativo, entendido como histórico, cultural e simbólico, não se reduz à aquisição de competências técnicas de leitura, mas envolve a constituição da subjetividade por meio da experiência literária. Conforme argumenta Candido (1995), a literatura desempenha uma função humanizadora fundamental ao permitir que o sujeito elabore emoções, reconheça conflitos e amplie sua compreensão da realidade. Essa função humanizadora, entretanto, mostra-se limitada quando os repertórios literários legitimados excluem sistematicamente vozes negras e femininas, restringindo as possibilidades de reconhecimento identitário e de pertencimento simbólico dos leitores. Assim, a experiência literária torna-se também um espaço de disputa, no qual se definem quais vidas, histórias e sensibilidades são legitimadas como dignas de representação.

Nesse cenário de disputas simbólicas, a literatura de autoria negra feminina configura-se como um campo privilegiado de processos de significação que articulam estética, política e experiência. Escritoras como Conceição Evaristo, Miriam Alves e outras autoras negras brasileiras constroem narrativas que inscrevem a memória coletiva, a vivência cotidiana e as marcas da opressão racial e de gênero como matéria literária, desafiando os parâmetros eurocentrados da crítica literária tradicional. A noção de *escrevivência*, proposta por Evaristo (2005), explicita esse movimento ao afirmar a escrita como gesto que nasce da vida, da experiência e da ancestralidade, produzindo uma literatura que não apenas representa sujeitos historicamente silenciados, mas os constitui como produtores de sentido e de teoria.

A presença da literatura de autoria negra feminina no contexto escolar permite refletir sobre suas contribuições para a formação do sujeito leitor em termos de construção identitária e vínculos de pertencimento. A escola, enquanto espaço institucional de circulação de discursos literários legitimados, desempenha papel central na mediação entre textos e leitores. Quando essas obras passam a integrar os repertórios escolares, amplia o cânone literário e, ao mesmo tempo, redimensiona a experiência de leitura, possibilitando que estudantes negros e não negros se confrontem com outras formas de narrar

o Brasil, reconheçam subjetividades plurais e estabeleçam relações mais complexas com a alteridade. Dessa forma, o problema que orienta este estudo pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo essa literatura pode contribuir para a formação do sujeito leitor, especialmente no que se refere à construção da identidade, do pertencimento e da subjetividade no contexto escolar? Partindo dessa questão, o artigo tem como objetivo refletir sobre o papel dessa produção literária na formação do leitor, articulando literatura, identidade e experiência estética como dimensões indissociáveis do processo formativo.

Do ponto de vista teórico-crítico, o artigo desenvolve uma reflexão bibliográfica, fundamentada em referenciais teóricos da literatura e da crítica cultural. O percurso analítico dialoga com autores que discutem a literatura como experiência formadora do sujeito, como Candido, Bakhtin e Saraiva, bem como com estudos sobre autoria feminina e autoria negra feminina, com destaque para as contribuições de Elódia Xavier, Regina Dalcastagnè, Conceição Evaristo, Miriam Alves e Eduardo de Assis Duarte. Ao articular esses aportes teóricos, busca-se compreender como a literatura de autoria negra feminina opera como espaço de produção de sentidos, reconhecimento identitário e pertencimento, contribuindo para a constituição de leitores críticos e socialmente situados.

A opção por uma abordagem teórico-bibliográfica justifica-se pela natureza interpretativa do objeto de estudo, que demanda o diálogo com referenciais críticos da literatura e da crítica cultural. Para a constituição do corpus teórico, foram selecionados obras e estudos que discutem a relação entre literatura, identidade e formação do leitor, com ênfase em produções que abordam a autoria negra feminina no contexto brasileiro. Os critérios de seleção consideraram a relevância teórica dos autores no campo dos estudos literários, a recorrência em debates acadêmicos consolidados e a pertinência em relação ao problema de pesquisa proposto. A análise dos materiais foi conduzida a partir de uma perspectiva interpretativa, orientada pelo exame das categorias de identidade, pertencimento e subjetividade, buscando identificar como esses conceitos são mobilizados na compreensão da literatura como prática formativa. Tal procedimento permitiu estabelecer articulações entre os referenciais teóricos e o objeto de estudo, evidenciando as contribuições da literatura de autoria negra feminina para a formação do sujeito leitor.

Este artigo está organizado em quatro seções: a primeira discute a autoria negra feminina em relação ao cânone literário; a segunda aborda o conceito de escrevivência; a terceira analisa a formação do sujeito leitor; e, por fim, as considerações finais retomam os principais argumentos e evidenciam as contribuições do estudo para a Teoria da Literatura e para a educação literária.

2 AUTORIA NEGRA FEMININA E CÂNONE LITERÁRIO

A discussão apresentada nesta seção fundamenta-se em estudos da Teoria da Literatura e da crítica feminista e decolonial, que problematizam a constituição histórica do cânone literário e os processos de exclusão da autoria feminina e negra no campo literário brasileiro.

2.1 AUTORIA FEMININA E EXCLUSÕES DO CÂNONE: A EMERGÊNCIA DAS ESCRITORAS NEGRAS

A história da literatura brasileira foi construída, majoritariamente, a partir de um cânone marcado pela hegemonia masculina, branca e eurocentrada, que sistematicamente silenciou ou marginalizou a produção literária de mulheres, especialmente de mulheres negras. Conforme aponta Candido (2010), o cânone literário, longe de se constituir como conjunto neutro de obras consagradas, configura-se como construção histórica e institucional atravessada por relações de poder, critérios de exclusão e hierarquizações culturais. A trajetória da autoria feminina no Brasil deve, portanto, ser compreendida como um movimento de resistência e de tensionamento das narrativas hegemônicas que sustentaram a história literária nacional.

A literatura afro-brasileira tem sido reconhecida como campo fundamental para a revisão crítica da historiografia literária e para a ampliação dos repertórios culturais no ensino de literatura. Conforme Duarte (2020), o reconhecimento da produção literária de autoria negra constitui não apenas um movimento de inclusão textual, mas uma reconfiguração dos critérios de legitimidade estética e cultural que estruturam o sistema literário brasileiro.

Durante séculos, a escrita feminina foi associada ao espaço privado, ao sentimentalismo ou à “literatura menor”, o que contribuiu para sua desvalorização crítica e para sua ausência nos currículos escolares e universitários. Autoras como Elódia Xavier (2012) e Lobo (2004) demonstram que a presença feminina na literatura brasileira sempre existiu, ainda que submetida a estratégias de apagamento, desqualificação estética ou enquadramento em categorias secundárias. A autoria feminina emerge não apenas como produção literária, mas como gesto político que tensiona os limites do patrimônio literário e questiona os critérios de legitimidade.

No caso da autoria negra feminina, essas fissuras tornam-se ainda mais profundas. Se as mulheres já enfrentaram barreiras para o reconhecimento de sua produção literária, as mulheres negras foram historicamente excluídas tanto do campo literário quanto dos espaços de produção e circulação do saber. Essa exclusão não se deu apenas pela ausência de acesso à escrita, mas pela recusa sistemática em reconhecer suas experiências como matéria legítima de literatura e de teoria. Como afirma Zolin (2009),

a escrita de mulheres negras desafia simultaneamente o sexismo e o racismo estrutural que organizam o campo literário brasileiro.

A revisão crítica do cânone literário brasileiro não se configura apenas como ampliação de repertório, mas como reconfiguração das bases epistemológicas que sustentam a legitimação do literário.

3 ESCRIVIVÊNCIA, IDENTIDADE E EXPERIÊNCIA

Dessa forma, a literatura de autoria negra feminina pode ser compreendida como prática de tensionamento do repertório literário legitimado, na medida em que desloca os centros tradicionais de enunciação e introduz outras epistemologias, estéticas e formas de narrar. Ao escrever a partir de experiências historicamente marginalizadas, essas autoras não apenas ocupam um espaço antes negado no campo literário, mas reconfiguram modos de ler, interpretar e ensinar literatura, produzindo uma crítica às formas tradicionais de legitimação estética e cultural. É nesse cenário de exclusão estrutural que a autoria negra feminina emerge não apenas como continuidade da escrita feminina, mas como ruptura radical com os critérios de legitimidade do campo literário.

Essa produção literária consolida-se como um campo de insurgência estética e teórica, marcado pela articulação entre experiência, memória, corpo e linguagem. Autoras como Conceição Evaristo, Miriam Alves e outras escritoras negras contemporâneas produzem uma escrita que se constrói a partir da vivência histórica da população negra, especialmente das mulheres, transformando a experiência em matéria literária e em gesto político.

Conceição Evaristo (2007) cunha o conceito de *escrevivência* para nomear uma escrita que nasce das experiências individuais e coletivas de mulheres negras, recusando a separação entre vida e literatura. A *escrevivência* não se limita ao testemunho, mas constitui uma estética própria, capaz de produzir deslocamentos no campo literário ao afirmar que as histórias silenciadas também são produtoras de conhecimento e de teoria. Sob essa perspectiva, essa escrita opera como intervenção político-estética que desestabiliza modelos narrativos hegemônicos e propõe novas formas de sensibilidade e leitura. Essa dimensão insurgente da escrita negra feminina está diretamente relacionada à formação do sujeito leitor. Conforme aponta Bakhtin (2003), a linguagem é sempre atravessada por valores, posições sociais e disputas de sentido. Ao entrar em contato com narrativas que afirmam identidades negras, femininas e periféricas, o leitor é interpelado a reconhecer outras formas de existência, pertencimento e subjetividade. Desse modo, a literatura deixa de ser apenas objeto estético e passa a atuar como prática formativa, capaz de produzir identificação, deslocamento e reflexão crítica.

No contexto escolar, essa potência formativa torna-se ainda mais significativa. A presença da literatura de autoria negra feminina no espaço educativo contribui para a construção de uma experiência de leitura que reconhece a diversidade cultural e racial do país, rompendo com a lógica da representação única e universalizante. Conforme argumenta Saraiva (2015), a formação do sujeito leitor está profundamente vinculada às experiências de reconhecimento e pertencimento que a literatura possibilita. Quando os estudantes encontram, nos textos literários, narrativas que dialogam com suas histórias, corpos e territórios, a leitura deixa de ser um exercício abstrato e passa a constituir-se como experiência de subjetivação.

Desse modo, essa produção não apenas amplia o repertório literário escolar, mas promove uma reconfiguração das relações entre literatura, identidade e educação. Ao afirmar outras vozes e outras estéticas, essas obras produzem regimes de sensibilidade marcados pela memória da diáspora, pela ancestralidade e pela resistência, elementos que atravessam tanto a construção do texto literário quanto a experiência leitora.

A partir dessas considerações, a formação do sujeito leitor pode ser compreendida como processo que ultrapassa a aquisição de competências técnicas de leitura e interpretação. Trata-se de um percurso atravessado por dimensões simbólicas, identitárias e políticas, no qual a literatura atua como mediadora simbólica da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo social. Candido (2010) já afirmava que a literatura exerce uma função humanizadora ao possibilitar o contato com outras formas de sentir, pensar e existir.

Nesse horizonte, a literatura de autoria negra feminina assume papel central na formação do sujeito leitor, especialmente em contextos escolares marcados por desigualdades raciais e sociais. Ao tensionar o cânone literário e afirmar narrativas historicamente silenciadas, essas obras contribuem para a construção de leitores críticos, capazes de reconhecer a pluralidade de experiências que constituem a sociedade brasileira. Além disso, produzem efeitos de pertencimento e reconhecimento, fundamentais para a constituição da subjetividade dos estudantes.

Assim, mais do que ampliar o repertório legitimado, trabalhar com essa escrita implica repensar os próprios fundamentos da leitura literária, reconhecendo as escritoras negras como produtoras de estética, teoria e crítica.

Em estudos de natureza teórico-bibliográfica, como o presente, os resultados correspondem às interpretações produzidas a partir do diálogo entre o referencial teórico mobilizado e o problema de pesquisa proposto. A análise desenvolvida neste artigo busca evidenciar como a literatura de autoria

negra feminina contribui para a formação do sujeito leitor, especialmente no que se refere às dimensões de identidade, pertencimento e experiência literária.

A partir dessas discussões, torna-se possível organizar a reflexão em três movimentos articulados: (i) a compreensão da autoria negra feminina como tensionamento do cânone e reposicionamento de vozes historicamente marginalizadas; (ii) a *escrivência* como categoria estético-política que vincula memória, corpo e linguagem; e (iii) as implicações dessa produção para a formação do sujeito leitor, especialmente no contexto escolar, onde leitura, pertencimento e reconhecimento se tornam dimensões centrais da experiência literária.

4 FORMAÇÃO DO SUJEITO LEITOR E EXPERIÊNCIA LITERÁRIA

4.1 TRAJETÓRIA E EXCLUSÃO DA AUTORIA NEGRA FEMININA

A trajetória da autoria feminina negra no Brasil inscreve-se em um campo de disputas simbólicas marcado por silenciamentos históricos, exclusões institucionais e estratégias de resistência estética. Durante longo período, a literatura brasileira foi estruturada a partir de um cânone que privilegiou vozes masculinas, brancas e letradas, produzindo uma narrativa hegemônica que marginalizou experiências negras e femininas. Nesse contexto, a escrita de mulheres negras não apenas enfrentou obstáculos materiais de publicação e circulação, mas também foi sistematicamente deslegitimada pelos discursos críticos e acadêmicos.

Retomando a discussão sobre a exclusão da autoria negra feminina do cânone literário, observa-se que esse processo não se configura como efeito colateral da história literária, mas como parte constitutiva de um projeto cultural que hierarquiza saberes, corpos e linguagens. Conforme apontam estudos críticos contemporâneos, o cânone opera como dispositivo de poder, selecionando quais narrativas são reconhecidas como universais e quais são relegadas à condição de particular, periférica ou “menor”. A literatura produzida por mulheres negras, ao romper com essa lógica, instaura um gesto de deslocamento crítico que tensiona os critérios tradicionais de legitimidade estética e teórica.

A emergência da autoria feminina negra no Brasil pode ser compreendida como um movimento simultaneamente estético e político. Autoras como Maria Firmina dos Reis, ainda no século XIX, inauguram uma escrita que articula denúncia social, sensibilidade estética e questionamento das estruturas escravocratas e patriarcais. No entanto, apesar de sua relevância histórica, essas produções permaneceram por décadas à margem da historiografia literária, evidenciando os mecanismos de apagamento que atravessam a constituição do campo literário brasileiro.

Ao longo do século XX, especialmente a partir da segunda metade, observa-se o fortalecimento das vozes femininas negras na literatura brasileira, ainda que em condições de circulação restrita e sob persistentes mecanismos de marginalização. Escritoras como Carolina Maria de Jesus, Miriam Alves e, mais recentemente, Conceição Evaristo consolidam uma produção literária que desloca os lugares tradicionais de enunciação, colocando no centro da narrativa experiências atravessadas pela racialização, pela desigualdade social e pela memória coletiva.

Ao escreverem desde corpos e trajetórias historicamente marcados pela exclusão, essas autoras conferem à literatura uma densidade ética e política incontornável, reconfigurando os modos de narrar o sujeito e tensionando os parâmetros hegemônicos de legitimidade estética e crítica. Esse deslocamento não se limita ao plano temático, mas atinge o próprio estatuto da literatura enquanto campo de saber.

Quando reivindica a experiência como fonte de conhecimento, a autoria feminina negra questiona a separação tradicional entre estética e política, propondo uma literatura que articula linguagem, memória e resistência. Trata-se de uma produção que não apenas narra a exclusão, mas que intervém criticamente nos modos de produção e circulação do literário.

Do ponto de vista da crítica literária, reconhecer a trajetória da autoria feminina negra implica revisar os paradigmas interpretativos que sustentaram a centralidade do cânone eurocentrado. Conforme indicam autoras como Conceição Evaristo, a escrita negra feminina não pode ser lida apenas como objeto de análise, mas como produção de teoria, capaz de elaborar categorias próprias para pensar a literatura, a subjetividade e a formação do leitor. O conceito de *escrevivência*, então, constitui uma chave teórica fundamental para compreender como a experiência vivida se transforma em gesto estético e em prática de conhecimento.

Ao articular memória individual e memória coletiva, a *escrevivência* desloca a noção de autoria como expressão isolada do gênio criador, inscrevendo a escrita em uma rede de vozes, afetos e histórias compartilhadas. Esse movimento tem implicações diretas para a formação do sujeito leitor, uma vez que amplia os horizontes de leitura e possibilita a construção de identidades que não se subordinam aos modelos normativos impostos pelo cânone.

Assim, a trajetória da autoria feminina negra no Brasil revela não apenas um processo de inserção tardia no campo literário, mas a constituição de um projeto estético e político que reconfigura os modos de ler, interpretar e ensinar literatura. Ao produzir rasuras no cânone, essas autoras instauram novas formas de pertencimento simbólico e afirmam a literatura como espaço de disputa, reconhecimento e formação subjetiva.

A constituição do leitor ultrapassa o domínio de competências técnicas de leitura, mas envolve processos profundos de identificação, reconhecimento e construção de sentidos sobre si e sobre o mundo. Nesse horizonte, a literatura de autoria negra feminina assume papel central ao confrontar os modos tradicionais de representação do sujeito e ao ampliar as possibilidades de pertencimento simbólico no espaço literário e escolar.

Nesse contexto, a mediação pedagógica da leitura literária assume papel fundamental na constituição do sujeito leitor. A presença de obras de autoria negra feminina no espaço escolar não se limita à ampliação do repertório textual, mas contribui para a construção de práticas de leitura que reconhecem a pluralidade cultural e histórica da sociedade brasileira. A mediação docente, ao contextualizar essas obras e promover o diálogo entre texto, experiência e realidade social, possibilita que a leitura se torne espaço de reflexão crítica sobre identidade, memória e pertencimento. Conforme Cosson (2020), a formação do leitor literário depende de práticas pedagógicas que promovam a interação significativa entre texto, leitor e contexto sociocultural.

Além disso, a inserção dessas produções literárias no cotidiano escolar favorece a construção de uma educação literária comprometida com a diversidade e com a justiça social. Ao reconhecer diferentes vozes e narrativas, a escola amplia as possibilidades de formação estética e ética dos estudantes, promovendo o desenvolvimento de leitores capazes de compreender a literatura como prática cultural situada. Dessa forma, a leitura literária deixa de operar apenas como instrumento de interpretação textual e passa a constituir-se como experiência formativa que articula sensibilidade, pensamento crítico e construção simbólica.

Historicamente, a formação do leitor no contexto escolar brasileiro esteve ancorada em um repertório literário marcado pela centralidade do cânone eurocentrado, no qual predominam narrativas que naturalizam experiências brancas, masculinas e de classe média como universais. Tal configuração produz efeitos diretos na constituição da subjetividade leitora, uma vez que limita os horizontes de identificação e reforça processos de exclusão simbólica. A ausência ou a presença marginalizada de autoras negras nesse repertório contribui para a construção de um imaginário literário que silencia determinadas experiências e invalida outras formas de existir e narrar.

A literatura de autoria negra feminina, ao inserir no campo literário narrativas atravessadas por raça, gênero e classe, rompe com essa lógica excludente e instaura novas possibilidades de formação do sujeito leitor. Ao apresentar personagens, vozes narrativas e experiências que historicamente foram relegadas à margem, essas obras oferecem ao leitor a oportunidade de se reconhecer, ou de reconhecer o outro, a partir de perspectivas que desestabilizam os discursos hegemônicos. Trata-se de um movimento que

desloca a leitura de um exercício meramente interpretativo para uma experiência de implicação ética e subjetiva.

Nessa perspectiva, a escrita de autoras negras opera como um gesto de reinscrição simbólica, no qual o ato de ler se articula à construção da identidade e do pertencimento. Conforme discutido por Dullius (2025), a literatura de autoria negra feminina possibilita a emergência de sujeitos leitores que não apenas consomem narrativas, mas se veem autorizados a ocupar o espaço da linguagem e da produção de sentidos. A leitura deixa de ser um território de estranhamento para tornar-se um espaço de reconhecimento e de afirmação identitária.

4.2 ESCRIVIVÊNCIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A partir desse percurso histórico e teórico, torna-se possível avançar para as implicações dessa produção na formação do leitor.

A noção de *escrevivência*, formulada por Conceição Evaristo, constitui uma chave teórica fundamental para compreender esse processo formativo. Ao articular experiência vivida, memória coletiva e criação literária, a *escrevivência* desloca a concepção tradicional de literatura como representação distanciada, afirmando a escrita como prática situada e comprometida. Para o sujeito leitor, esse tipo de narrativa produz efeitos formativos singulares, pois rompe com a ideia de neutralidade estética e convoca o leitor a uma leitura que envolve corpo, afetos e história.

A *escrevivência* ultrapassa a condição de recurso estilístico para afirmar-se como categoria epistemológica, na medida em que redefine as relações entre experiência, linguagem e produção de conhecimento. Ao inscrever a vivência de mulheres negras no espaço literário, essa escrita tensiona a lógica universalizante que historicamente orientou o cânone, deslocando o lugar de enunciação e legitimando outras formas de saber. Tal movimento implica reconhecer que a literatura não apenas representa o mundo, mas participa ativamente de sua interpretação e reconfiguração simbólica. Para o leitor, esse deslocamento produz efeitos que vão além da identificação imediata, pois instaura uma experiência de leitura marcada pelo confronto com alteridades, pela ampliação do horizonte de expectativas e pela reelaboração de referenciais culturais e identitários.

4.3 IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR NO CONTEXTO ESCOLAR

A partir do desenvolvimento teórico apresentado, esta seção volta-se às implicações dessa produção na formação do leitor. Nesse âmbito, a constituição do leitor é compreendida como processo relacional, no qual a leitura se configura como espaço de encontro entre trajetórias, vozes e experiências. Ao narrar vidas atravessadas por processos de exclusão e resistência, essas obras ampliam a capacidade de

compreensão da complexidade social e de reconhecimento da pluralidade de identidades que compõem o tecido cultural brasileiro. Tal dinâmica assume especial relevância no contexto escolar, onde a leitura literária atua como mediação entre conhecimento, sensibilidade e formação cidadã.

Além disso, ao questionar as formas tradicionais de narrar, essas obras contribuem para a construção de um leitor crítico, capaz de questionar os discursos naturalizados e de perceber a literatura como campo de disputa simbólica. A leitura deixa de ser uma prática passiva para assumir um caráter ativo e reflexivo, no qual o sujeito leitor é convocado a posicionar-se diante das narrativas e das estruturas de poder que as atravessam.

A literatura de autoria negra feminina amplia o repertório literário escolar e promove uma reconfiguração das relações entre literatura, identidade e educação. Ao produzir rasuras no cânone e ao afirmar a legitimidade de outras experiências e epistemologias, essas obras instauram um espaço de pertencimento simbólico que contribui para a constituição de sujeitos leitores mais conscientes, críticos e implicados com a diversidade cultural e social.

Outro aspecto fundamental refere-se à relação entre literatura, identidade e pertencimento, especialmente a partir do conceito de *escrevivência*. A análise dos textos teóricos evidencia que a escrita de mulheres negras articula memória individual e coletiva, transformando a experiência vivida em linguagem literária sem submeter-se aos modelos narrativos tradicionais.

Retomando o conceito de *escrevivência*, conforme formulado por Conceição Evaristo (2007), emerge como categoria estética e política que rompe com a separação entre vida e literatura. Esse rompimento produz efeitos significativos na experiência do leitor, pois instaura um campo de identificação que historicamente foi negado a sujeitos negros no espaço literário e escolar.

A partir da perspectiva bakhtiniana (Bakhtin, 2003), compreende-se que o texto literário é sempre espaço de diálogo entre vozes sociais. Nesse horizonte, a literatura de autoria negra feminina amplia o repertório de vozes disponíveis ao leitor, possibilitando processos de reconhecimento, deslocamento e reconstrução subjetiva. A análise teórica indica que a formação do sujeito leitor, nesse contexto, não se limita ao domínio de práticas interpretativas, mas envolve a constituição simbólica do sujeito, atravessada por afetos, memória e pertencimento.

Assim, essa produção atua como dispositivo de produção de identidades, ao possibilitar que sujeitos historicamente marginalizados se vejam representados e, simultaneamente, que leitores não negros sejam confrontados com outras narrativas de mundo, promovendo uma leitura crítica das hierarquias raciais e culturais.

Um terceiro aspecto da reflexão evidencia que a inserção da literatura de autoria negra feminina no debate teórico sobre formação do sujeito leitor implica uma revisão das epistemologias que sustentam o ensino e a crítica literária. A análise das referências indica que a formação do leitor, tradicionalmente ancorada em um repertório canônico homogêneo, contribuiu para a reprodução de silenciamentos e exclusões simbólicas.

Autores como Candido (2010) e Saraiva (2015) já apontavam o papel humanizador da literatura; contudo, a análise desenvolvida neste estudo demonstra que tal função só se realiza plenamente quando o acesso à literatura contempla a diversidade de experiências que compõem a sociedade brasileira. Essa produção literária, nesse sentido, não apenas humaniza, mas descoloniza a experiência literária, ao questionar os parâmetros que definem o que é considerado legítimo, estético ou literário.

A reflexão desenvolvida aponta que a formação do sujeito leitor, quando atravessada por obras de autoria negra feminina, passa a operar em um regime de deslocamento epistemológico. Isso significa reconhecer essas autoras como produtoras de teoria, e não apenas como objetos de análise, deslocando o leitor para uma posição crítica frente ao cânone, à história literária e às narrativas nacionais.

Dessa forma, a análise evidencia que tal obra contribui para a constituição de sujeitos leitores críticos, capazes de compreender a literatura como espaço de disputa simbólica, de produção de sentidos e de resistência cultural.

As reflexões desenvolvidas neste estudo indicam que a literatura de autoria negra feminina atua simultaneamente como prática estética, gesto político e dispositivo formativo. Ao tensionar o cânone, produzir pertencimento e instaurar epistemologias insurgentes, essas obras reconfiguram os processos de formação do sujeito leitor, especialmente no contexto escolar.

As discussões apresentadas nesta seção evidenciam que a literatura de autoria negra feminina opera em múltiplos níveis, histórico, estético e pedagógico, os quais, quando articulados, permitem compreender, de modo articulado, sua contribuição para a formação do sujeito leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a literatura de autoria negra feminina como dimensão central na formação do sujeito leitor, evidenciando seu papel na articulação entre identidade, pertencimento e experiência literária. A análise demonstrou que essas produções não apenas ampliam o repertório literário, mas deslocam os fundamentos epistemológicos que historicamente orientaram a constituição do cânone e as práticas de leitura no contexto escolar.

Como principal contribuição, o estudo sustenta que a literatura de autoria negra feminina deve ser compreendida não apenas como objeto de análise, mas como produção teórica capaz de redefinir as relações entre estética, política e formação leitora. Ao questionar os critérios tradicionais de legitimidade literária, essas obras instauram novas possibilidades de leitura, reconhecimento e construção simbólica, com implicações diretas para a educação literária contemporânea.

A partir do diálogo com autoras como Conceição Evaristo, Miriam Alves e estudos críticos contemporâneos, a análise evidenciou que a *escrivivência* constitui uma categoria central para compreender a potência formativa da literatura de autoria negra feminina. Ao articular experiência vivida e elaboração estética, essa escrita rompe com a separação entre vida e literatura, instaurando uma relação singular entre texto e leitor. Tal relação produz efeitos diretos na formação do sujeito leitor, entendida aqui não como aquisição de competências interpretativas, mas como processo de constituição subjetiva, reconhecimento identitário e inscrição simbólica no espaço cultural.

A formação leitora, quando atravessada pela literatura de autoria negra feminina, desloca-se de uma lógica de assimilação canônica para uma experiência crítica de leitura, capaz de confrontar narrativas hegemônicas e produzir outras formas de pertencimento. A literatura passa a operar como espaço de disputa simbólica, no qual se elaboram memórias silenciadas, se reinscrevem subjetividades historicamente marginalizadas e se constroem novas possibilidades de leitura do Brasil e de sua história cultural.

Ao reconhecer as escritoras negras como sujeitas produtoras de teoria, este estudo contribui para o campo da Teoria da Literatura ao reafirmar que a crítica literária contemporânea precisa deslocar seus marcos epistemológicos, incorporando perspectivas decoloniais, feministas e interseccionais não como adição temática, mas como reconfiguração estrutural do pensamento literário. Trata-se de compreender que a literatura negro-brasileira feminina não ocupa as margens do sistema literário, mas revela os limites e as fissuras do próprio centro.

Como estudo de natureza teórico-bibliográfica, esta pesquisa limita-se ao campo da análise interpretativa de referenciais teóricos e críticos, não contemplando investigações empíricas sobre práticas de leitura ou recepção literária em contextos escolares específicos.

Pensar a formação do sujeito leitor a partir da literatura de autoria negra feminina implica reconhecer a leitura como prática situada, atravessada por relações de poder, memória e identidade. Trata-se de afirmar a literatura como espaço de disputa simbólica e de produção de sentidos, no qual se tornam possíveis não apenas novos modos de ler, mas também novas formas de compreender a experiência social e cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

ALÓS, Anselmo Peres. **Literatura, identidade e diferença**. Santa Maria: UFSM, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. Vários escritos. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235–263.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DULLIUS, Jéssica Daiane Rangel. **Autoria negra brasileira no PNLD literário do Ensino Médio: um olhar para a edição 2021**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Português/Inglês) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2025.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17–31, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências: a escrita de nós**. Belo Horizonte: Nandyala, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LOBO, Luiza. **A literatura feminina no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SARAIVA, Juracy Assmann; MÜGGE, Ernani; CUNHA, Simone M. dos Santos (Orgs.) (2015). **Cultura e Identidade:** reflexão, leitura e escrita. Porto Alegre: Mosca, v.1.

XAVIER, Elódia. **Literatura feminina:** vozes e silêncios. São Paulo: Annablume, 2009.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: ZOLIN, Lúcia Osana; BONNICI, Thomas. **Teoria Literária.** 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.